

CERCO DO BRASIL E DE SÃO PAULO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 10.05.1983

As dificuldades financeiras que vêm sendo enfrentadas pelo Governo de São Paulo têm levado alguns analistas externos ao governo a falar em um “cerco de São Paulo por parte do Governo Federal”. A principal evidencia nesse sentido seria a limitação imposta às empresas estaduais para rolar, como era razoável esperar, o serviço de sua dívida (juros mais principal).

Ainda que de fato essa e outras limitações existam, e que uma prioridade das autoridades econômicas paulistas seja a de conseguir do Governo Federal aumentos substanciais nesses limites, sob pena de gravíssimas conseqüências para a economia paulista e nacional, tudo indica que a idéia de “cerco de São Paulo” não passa de mais uma teoria conspiratória da história sem fundamento nos fatos.

Na verdade o que existe hoje é um “cerco do Brasil” em função das restrições impostas pelo FMI à economia brasileira. Pressionado para reduzir as importações para cerca de 16 bilhões de dólares e o déficit público para a metade do que foi em 1982 (de 16 para 8% do PIB, segundo a estranha contabilidade do FMI, que inclui correção monetária das dívidas no déficit), o Governo Federal é levado a uma política de violenta diminuição dos financiamentos às empresas estatais e particularmente às empresas estaduais. Como São Paulo é de longe, entre os estados, aquele que possui maior número de empresas estaduais, é claro que a economia paulista é a mais atingida.

Mas não é só ao nível das empresas estaduais que São Paulo é o mais atingido. Como é a indústria que vem sofrendo mais com a recessão, a economia paulista é diretamente prejudicada. Um fato ilustra de maneira dramática essa situação: segundos dados da FIESP, a oferta de emprego em São Paulo, de dezembro de 1980 (quando começou a atual política recessiva) até abril de 1983, declinou 19,9%. Por outro lado, se tomarmos

os dados do FIBGE referentes à economia brasileira como um todo, verificaremos que o nível de emprego na indústria, em dezembro de 1982 era igual ao verificado há 9 anos atrás, em dezembro de 1973. Ainda que consideremos o aumento da produtividade ocorrido no período, esse número é gravíssimo.

A economia brasileira está, portanto, cercada. E São Paulo também, em função do acordo com o FMI.

O poder do FMI deriva do desequilíbrio de nossas contas externas. E suas duas exigências básicas são: (a) drástica redução do déficit público e (b) drástica redução das importações. Ambas as exigências resultarão ou implicarão se obedecidas em uma redução projetada do PIB, em 1983, de 3,5%. Trarão, portanto, gravíssimas consequências econômicas e sociais, e nem por isso equilibrarão as contas externas brasileiras.

Este é o cerco. Resta saber se vale ou não a pena arriscar e tentar romper à força esse cerco. Declarando moratória também dos juros? Não. Não temos caixa para tanto nem faz sentido agrediremos o sistema financeiro internacional dessa forma. Como então? Simplesmente re-estimulando a economia através do aumento da meta de importações (reduzindo assim o saldo previsto da balança comercial) e da redução da meta de corte do déficit público, e, ao mesmo, solicitando um aumento substancial no aporte de dólares por parte do sistema financeiro internacional ainda este ano. E depois deixar a decisão para nossos credores.

Os banqueiros internacionais esperam do Brasil uma política econômica austera que de fato é necessário, mas não exigem uma política tão rigorosa como a que está implícita no acordo com o FMI. Se aumentarmos nossas exportações graças à maxidesvalorização, controlarmos em níveis razoáveis nossas importações, e reduzirmos moderadamente o déficit público, não há razão para que os banqueiros, apoiados por seus respectivos governos, não nos emprestem mais. Inclusive porque a alternativa para isto é a moratória dos juros, que não interessa a ninguém.(10/05)